

TRIBUTAÇÃO / A TLP também será reajustada de acordo com a inflação para estimular o crescimento real da receita no próximo ano. O GDF terminará 2015 com aumento de 2,9% na arrecadação. Mas, se a inflação entra no cálculo, o índice fica negativo em 7,8%

IPTU terá aumento de 10,7%

» FLÁVIA MAIA

O contribuinte vai pagar impostos mais altos em 2016, mesmo para tributos que não tiveram aumento na alíquota. É o caso do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) e da Taxa de Limpeza Urbana (TLP), que vão subir 10,7%. O decreto com o índice de cálculo foi enviado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e deve ser publicado no *Diário Oficial do DF* na próxima semana. O reajuste corresponde à inflação acumulada no período. As alíquotas continuam as mesmas porque o governo Rollemberg não conseguiu que a Câmara Legislativa aprovasse as mudanças no cálculo desses tributos. Para saber quanto o contribuinte vai pagar no ano que vem, a conta é simples: deve-se somar 10,7% ao que pagou em 2015.

Em tempos de dificuldade de arrecadação nas unidades federativas, a correção inflacionária, como a aplicada no IPTU e na TLP, serve para tentar manter os cofres públicos equilibrados e menos deficitários. Os governos estaduais estão com dificuldade de arrecadar o necessário para pagar as principais despesas, como a folha de salário dos servidores públicos. Com o desconto da inflação acima de 10%, a situação fica ainda mais crítica. Ainda mais em um período de diminuição de repasses federais para as unidades da Federação. O DF, por exemplo, vai receber R\$ 382 milhões a menos de Fundo Constitucional em 2016, em comparação com 2015.

Na região Centro-Oeste, a inflação tem corroído a arrecadação. Em unidades como Goiás e Distrito Federal, essa questão fica evidente: as duas estão no vermelho mesmo tendo arrecadado mais — o que vem impedindo o crescimento real da receita. Mato Grosso arrecadou menos e Mato Grosso do Sul não enviou informações sobre o exercício anterior para que a

Zuleika de Souza/CB/D.A Press - 19/6/15



Apesar de o GDF não ter conseguido aumentar a alíquota do IPTU, o tributo será reajustado pela inflação

comparação pudesse ser feita pelo **Correio** (veja quadro).

No caso do Distrito Federal, a arrecadação foi de R\$ 11,8 bilhões — 2,9% a mais do que o mesmo período do ano passado em valores absolutos. Se a inflação entra no cálculo, porém, o

índice fica negativo em 7,8%. “Tivemos um crescimento nominal, o que nos deixa mais confortáveis do que em outros estados e até do que a Receita Federal. Entretanto, com a inflação, nosso crescimento real foi negativo. Esse é o dinheiro que entra

de verdade e que não está dando para pagar os custos”, analisa Hormino de Almeida Junior, subsecretário da Receita do DF.

O DF não tem conseguido aumentar a receita real. O baixo desempenho do setor produtivo e a queda no consumo levaram

à diminuição de arrecadação dos dois principais tributos: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) — os dois juntos correspondem a praticamente 60% da receita local. Apenas o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) tiveram aumento real. Os demais, apenas nominal.

Buscando recursos

Para tentar incrementar a arrecadação, a Secretaria de Fazenda apostou em diversos programas. Um deles é o Refis, com renegociação de dívida tributária com desconto de até 99% em juros e multas. A pasta chegou a prorrogar o prazo de adesão até a próxima sexta-feira para ver se consegue reaver mais dinheiro ou promessa de pagamento. Até o momento, foram realizados 14,4 mil pagamentos à vista, totalizando R\$ 109,1 milhões. Nos parcelados, são 14 mil negociações, que somam R\$ 199,4 milhões. Destes, R\$ 4,6 milhões foram pagos referentes à primeira parcela.

Outra ação foi o cruzamento de dados para conseguir identificar contribuintes que não pagaram o ITCD embora tenham declarado a doação no Imposto de Renda. Nesse caso, o valor da dívida total a ser recuperada é de R\$ 29,2 milhões. As inconsistências entre livros contábeis, valores declarados para a Fazenda e o informado pelas empresas de cartão de crédito foram usados para evitar sonegação. “Nós temos um ano de economia ruim e queda na arrecadação. Por isso, optamos por sair da rotina de só autuar e multar a empresa”, explica Hormino. Segundo o subsecretário, das dívidas que vão à Justiça, a Fazenda consegue reaver, em médio, 1% do valor. No caso de protestos sem intervenção judicial, o retorno sobe para 18%.



Nós temos um ano de economia ruim e queda na arrecadação. Por isso, optamos por sair da rotina de só autuar e multar a empresa”

Hormino de Almeida Junior, subsecretário da Receita do DF

» Balanço

A arrecadação 2015 no Centro-Oeste

- » Distrito Federal
R\$ 11,8 bilhões (+ 2,9%)
- » Mato Grosso do Sul
R\$ 11,78 bilhões
(não forneceu a variação)
- » Mato Grosso
R\$ 16,52 milhões (- 4%)
- » Goiás
R\$ 20,14 milhões (+ 1,3%)

Principais receitas do Distrito Federal (em R\$)

- » ICMS: 5,9 bilhões (+ 1,6%)
- » ISS: 1,3 bilhão (+ 4%)
- » ITBI: 262 milhões (+ 8,7%)
- » ITCD: 110 milhões (+ 35%)
- » IPVA: 768 milhões (+ 13,1%)
- » IPTU: 585 milhões (+ 8,93%)
- » Imposto de Renda: (+ 5,14%)

* Números de janeiro a novembro de 2015 / Valores nominais